

Anexo I

Decretos e decretos-leis federais

Drielli Peyerl

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PEYERL, D. Anexo I - Decretos e decretos-leis federais. In: *O petróleo no Brasil: exploração, capacitação técnica e ensino de geociências (1864-1968)* [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, pp. 263-275. ISBN 978-85-68576-78-6. <https://doi.org/10.7476/9788568576786>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

ANEXO I – DECRETOS E DECRETOS-LEIS FEDERATS

► 1864

Decreto nº 3.352-A, de 30 de novembro de 1864

Concede a Thomaz Denuy Sargent faculdade pelo prazo de noventa annos para, por si ou por meio de uma Companhia, estrahir turfa, petroleo e outros mineraes nas Comarcas do Camamú e Ilhéos, da Provincia da Bahia.

► 1872

Decreto nº 5.014, de 17 de julho de 1872

Concede a Luiz Matheus Maylaski permissão por dous annos para explorar carvão de pedra e petroleo nas comarcas de Sorocaba, Itapetininga e Itú, na Provincia de S. Paulo.

Decreto nº 5.050, de 14 de agosto de 1872

Concede aos Drs. Cyrino Antonio de Lemos e João Baptista da Silva Gomes Barata, permissão por dous annos para explorarem minas de carvão de pedra e petroleo na comarca da capital da Provincia de S. Paulo.

► 1874

Decreto nº 5.732, de 27 de agosto de 1874

Proroga por um anno o prazo marcado aos Bachareis Cirino Antonio de Lemos e José Baptista da Silva Gomes Barata, no Decreto nº 5050 de 14 de Agosto de 1872, para a exploração de minas de carvão e petroleo na comarca da capital da Provincia de S. Paulo.

► **1882**

Decreto nº 8.416, de 11 de fevereiro de 1882

Concede privilegio a Antonio Lopes Cardozo para o processo de sua invenção destinado a tornar o petróleo inexplorativo, desinfectado e colorado.

Decreto nº 8.703, de 7 de outubro de 1882

Concede permissão a Gustavo Emílio Olander para explorar jazidas de petróleo nas comarcas de Campo Largo e da Lapa, na província do Paraná.

► **1883**

Decreto nº 8.840, de 5 de janeiro de 1883

Concede permissão ao Dr. Gustavo Luiz Guilherme Dodt e Bacharel Tiberio César de Lemos para explorarem mineraes [inclusive petróleo] na Provincia do Maranhão.

Decreto nº 8.983, de 4 de agosto de 1883

Proroga o prazo concedido a Antonio Lopes Cardoso, para o processo de sua invenção, destinado a tornar o kerosene ou petróleo inexplorativo.

► **1885**

Decreto nº 9.444, de 20 de junho de 1885

Concede permissão a Manoel Vidal Barbosa Lage para explorar carvão de pedra o petróleo na Provincia de Minas Geraes .

Decreto nº 9.493, de 5 de setembro de 1885

Renova a concessão de que trata o Decreto n. 5744¹⁵⁰ de 16 de Setembro de 1874 para exploração de carvão de pedra e petróleo na Provincia de S. Paulo.

¹⁵⁰ O Decreto nº 5744, de 16 de setembro de 1874 faz menção apenas a lavra de carvão de pedra de água branca. Ao renovar a concessão por meio do Decreto nº 9493, de 5 de setembro de 1885, adiciona-se a exploração de petróleo.

► **1887**

Decreto nº 9.724, de 19 de fevereiro de 1887

Concede permissão a Henri Raffard para transferir ao Major Francisco de Assis Paula Assumpção a concessão de que trata o Decreto n. 9493 de 5 de Setembro de 1885.

► **1888**

Decreto nº 10.037, de 15 de setembro de 1888.

Concede permissão a Ignacio de Souza Lages para explorar carvão de pedra, petróleo e outros minerais no município do Cametá, Província do Pará.

Decreto nº 10.073, de 8 de novembro de 1888

Concede permissão a Tito Livio Martins para explorar petróleo e outros minerais no município do Tatuhy, da Província de S. Paulo.

Decreto nº 10.105, de 1 de dezembro de 1888

Proroga por um anno o prazo marcado no Decreto n. 9724 de 19 de Fevereiro de 1887 para conclusão dos trabalhos de exploração de carvão de pedra e petróleo no município de Tatuhy, da Província de S. Paulo.

► **1889**

Decreto nº 10.239, de 2 de maio de 1889

Concede permissão a João Maria do Valle, Engenheiro Abdon Felinto Milanez e Emilio de Menezes para explorarem carvão de pedra, petróleo e outros minerais nos vales dos ribeirões Cannavieiras e Cubatão, no município de Guaratuba, Província do Paraná.

Decreto nº 10.347, de 6 de setembro de 1889

Concede permissão a João Moreira da Silva para explorar carvão de pedra e outros minerais, petróleo e outras substancias betuminosas, na Província de Santa Catharina.

Decreto nº 10.361, de 14 de setembro de 1889
Concede permissão a Raulino Julio Adolpho Horn para explorar petróleo e outros óleos minerais na Província de Santa Catharina.

Decreto nº 10.431, de 9 de novembro de 1889
Concede permissão a Adam Benaion para explorar petróleo, carvão de pedra e outros minerais na Província do Pará.

Decreto nº 10.445, de 9 de novembro de 1889
Concede a Tito Livio Martins prorrogação por um ano do prazo marcado no Decreto n. 10.073 de 8 de Novembro de 1888.

► 1890

Decreto nº 393, de 12 de maio de 1890
Concede permissão ao Dr. Almir Parga Nina para, por si ou por meio de uma companhia, explorar óleos minerais [inclusive petróleo] no Estado do Maranhão.

Decreto nº 670, de 18 de agosto de 1890
Concede permissão a Tito Livio Martins para a lavra de petróleo e outros minerais no município de Ta-tuhy, Estado de S. Paulo.

Decreto nº 1.114, de 29 de novembro de 1890
Proroga o prazo marcado a Raulino Julio Adolpho Horn para explorar petróleo e outros óleos minerais no Estado de Santa Catharina.

► 1897

Decreto nº 2.471, de 8 de março de 1897
Aprova, com alteração, os estatutos da Empresa Industrial de Petróleo e autoriza a mesma a funcionar.

► **1912**

Decreto nº 9.335, de 17 de janeiro de 1912

Concede a Standard Oil Company of Brasil, actual denominação da Empresa Industrial de Petróleo, autorização para continuar a funcionar na República.

► **1913**

Decreto nº 10.168, de 9 de abril de 1913

Concede autorização à The Anglo Mexican Petroleum Products Company, Limited, para funcionar na República.

► **1917**

Decreto nº 12.438, de 11 de abril de 1917

Concede autorização a “The Anglo Mexican Petroleum Products Company, Limited”, para substituir esta denominação pela de “Anglo Mexican Petroleum Company, Limited”.

► **1932**

Decreto nº 21.414, de 17 de maio de 1932

Autoriza a Companhia Brasileira de Petróleo a prosseguir nos contratos de cessão e arrendamento de subsolos de propriedades territoriais no município de Pirajú, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 21.415, de 17 de maio de 1932

Autoriza a incorporação pelos Srs. J. B. Monteiro Lobato, M. L. de Oliveira Filho e L. A. Pereira de Queiroz de tema sociedade anônima com sede em São Paulo e capital de 3.000:000\$0 (três mil contos de réis), exclusivamente nacional, com o objetivo de pesquisar formações petrolíferas e explorar as respectivas jazidas.

Decreto nº 22.210, de 13 de dezembro de 1932

Autoriza Th. Marinho de Andrade, Augusto Leal de Barros e Constantino Badesco Dutza a organizarem

uma sociedade para a exploração de petróleo , com a denominação de Companhia Nacional para Exploração de Petroleo .

► 1933

Decreto nº 22.932, de 12 de julho de 1933

Autoriza Avelino Barreto a contratar, sem privilegio, pesquisa e exploração de petróleo e asphaltite no município de Botucatu, Estado de São Paulo, e a organizar uma sociedade para a exploração do contrato.

Decreto nº 23.225, de 17 de outubro de 1933

Autoriza, sem privilégio, a Companhia Brasileira de Petroleo Cruzeiro do Sul, a contratar com Rita Spinola Dias, proprietária da Fazenda Bofete, no município de Porangaba, e com Adelaide Barnaley Guedes, ou seus sucessores, proprietária da Fazenda Pederneiras, no município de Tatuí, ambos os municípios do Estado de São Paulo, a pesquisas e exploração de petroleo que existir nas referidas Fazendas.

Decreto nº 23.572, de 12 de dezembro de 1933

Autoriza Th. Marinho de Andrade, Augusto Leal de Barros e Constantino Badesco Dutza a incluírem os contratos que os mesmos fizeram com Rodolfo Jacob e Elói José Nuncio, nas áreas de que trata o art. 1º do decreto n. 22.210, de 13 de dezembro de 1932, para pesquisa e exploração de petróleo por internação da sociedade “Companhia Nacional para Exploração de Petróleo”, em organização, e dá outras providências.

Decreto nº 23.575, de 12 de dezembro de 1933

Autoriza, sem privilégio, à Companhia Brasileira de Petróleo, sociedade anônima, com sede na Capital Federal, a contratar a aquisição ou, arrendamento de propriedades territoriais, no município de Ribeirão Claro, no Estado do Paraná, para a pesquisa e exploração de petróleo.

► 1934

Decreto nº 23.752, de 16 de janeiro de 1934

Autoriza seu privilégio, a Companhia Geral de Petróleo Pan-Brasileira, com sede na Capital Federal, a contratar a aquisição ou arrendamento de propriedades territoriais no município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, para a pesquisa e exploração de petróleo.

Decreto nº 24.377, de 12 de junho de 1934

Autoriza, sem privilégio, a Companhia Brasileira de Petróleo, sociedade anônima, com sede na Capital Federal, a:

- 1) Contratar o arrendamento de terrenos pertencentes a particulares, situadas no município de Reserva, no Estado do Paraná, para o fim de pesquisar petróleo;
- 2) Celebrar contratos de opção de compra dos aludidos terrenos; e
- 3) Adquirir as jazidas de petróleo porventura existentes no sub-solo dos mesmos.

► 1936

Decreto nº 1.041, de 20 de agosto de 1936

Approva a relação do pessoal contratado para estudos geológicos e pesquisas de petróleo no Território do Acre e Estado do Amazonas.

► 1937

Decreto nº 1.849, de 3 de agosto de 1937

Autoriza o cidadão brasileiro Silvio Fróis Abreu a pesquisar petróleo e gases naturais numa área de 175,84 hectares na ilha Itaparica, município de Itaparica, Estado da Baía.

Decreto nº 1.850, de 3 de agosto de 1937

Autoriza o cidadão brasileiro Edgard Frias Rocha a pesquisar petróleo e gases naturais em terrenos

particulares situados no distrito de Mapele, município de Matoim, Estado da Baía.

Decreto nº 1.870, de 10 de agosto de 1937

Autoriza o cidadão brasileiro Sílvio Fróis Abreu a pesquisar petróleo e gases naturais numa área de 224,16 hectares na ilha de Santo Amaro, município de Itaparica, Estado da Baía.

Decreto nº 2.119, de 9 de novembro de 1937

Autoriza os cidadãos brasileiros Olímpio José Brochado, Firmino de SantAna e Quineto Gusmão Rocha a pesquisarem petróleo em terrenos de marinha situados no lugar denominado “Porto de Sauípe, município de Entre Rios, Estado da Baía.

Decreto nº 2.189, de 21 de dezembro de 1937

Autoriza, a título provisório, o cidadão brasileiro Carlos Dias de Avila Pires, a pesquisar petróleo e gases naturais no município de Monte Negro, Estado da Baía.

Decreto nº 2.190, de 21 de dezembro de 1937

Autoriza, a título provisório, a Sociedade Brasileira de Pesquisas Mineralógicas Limitada, a pesquisar petróleo e gases naturais, no litoral do Estado da Baía.

Decreto nº 2.191, de 21 de dezembro de 1937

Autoriza, a título provisório, a Sociedade Brasileira de Pesquisas Mineralógicas Limitadas, sociedade organizada no Brasil, a pesquisar petróleo e gases naturais, no litoral do Estado da Baía.

Decreto nº 2.192, de 21 de dezembro de 1937

Autoriza, a título provisório, a Empresa Nacional de Investigações Geológicas Limitada, sociedade organizada no Brasil, a pesquisar petróleo e gases naturais no litoral do Estado da Baía.

Decreto nº 2.193, de 21 de dezembro de 1937

Autoriza, a título provisório, a Empresa Nacional de Investigações Geológicas Limitada, sociedade organizada no Brasil, a pesquisar petróleo e gases naturais na ilha Itaparica, município de Itaparica, Estado da Bahia.

Decreto-Lei nº 89, de 21 de dezembro de 1937

Aprova o Protocolo especial sobre Ligações ferroviárias e aproveitamento do petróleo boliviano assinado em La Paz, em 25 de novembro de 1937.

Decreto nº 2.217, de 28 de dezembro de 1937

Autoriza a título provisório, o cidadão brasileiro Salvador Prioli Júnior por si ou sociedade que organizar, a pesquisar petróleo e gases naturais, no Estado de Sergipe.

► 1938

Decreto-Lei nº 366, de 11 de abril de 1938

Incorpora ao Código de Minas, decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934, novo título, em que se institue o regime Legal das jazidas de petróleo e gases naturais, inclusive os gases raros.

Decreto-Lei nº 380, de 18 de abril de 1938

Aprova o Tratado sobre a saída e o aproveitamento do petróleo boliviano, entre o Brasil e a Bolívia, firmado no Rio de Janeiro, a 25 de fevereiro de 1938.

Decreto-Lei nº 395, de 29 de abril de 1938

Declara de utilidade pública e regula a importação, exportação, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados, no território nacional, e bem assim a indústria da refinação de petróleo importado em produzido no país, e dá outras providências.

Decreto nº 2.616, de 4 de maio de 1938

Autoriza, a título provisório, o cidadão brasileiro Alberto Hofmann, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar petróleo na região da “Serra da Taquara Verde, município de Rio Caçador, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 2.800, de 29 de junho de 1938

Autoriza, a título provisório, o cidadão brasileiro Francisco de Sá Lessa por si ou sociedade que organizar, a pesquisar petróleo e gases naturais no município de Alagoas, Estado de Alagoas.

Decreto nº 2.801, de 29 de junho de 1938

Autoriza, o título provisório, o cidadão brasileiro Tadeu de Araújo Medeiros por si ou sociedade que organizar, a pesquisar petróleo e gases naturais no município de Alagoas, Estado de Alagoas.

Decreto nº 2.802, de 29 de junho de 1938

Autoriza, a título provisório, o cidadão brasileiro Eudoro Lemos de Oliveira, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar petróleo e gases naturais no município de Coruripe, Estado de Alagoas.

Decreto nº 2.803, de 29 de junho de 1938

Autoriza, a título provisório, o cidadão brasileiro Otávio Barbosa de Couto e Silva, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar petróleo e gases naturais nos municípios de Socorro e Laranjeiras, Estado de Sergipe.

Decreto nº 2.804, de 29 de junho de 1938

Autoriza, a título provisório, o cidadão brasileiro Eurico de Rocha Portela, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar petróleo e gases naturais no município de Maceió, Estado de Alagoas.

Decreto nº 2.805, de 29 de junho de 1938

Autoriza, a título provisório, o cidadão brasileiro Cristiano Heyn Hamann, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar petróleo e gases naturais no município de Piassubussú, Estado de Alagoas.

Decreto nº 2.806, de 29 de junho de 1938

Autoriza, a título provisório, o cidadão brasileiro Oscar Edvaldo Portocarreiro, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar petróleo e gases naturais no município de Santo Amaro, Estado de Sergipe.

Decreto-Lei nº 538, de 2 de julho de 1938¹⁵¹

Organiza o Conselho nacional do petróleo, define suas atribuições e dá outras providências.

Decreto-Lei nº 533, de 5 de julho de 1938

Prorroga o prazo a que se refere o § 1º do art. 4º do decreto-lei n. 395, de 29 de abril de 1938.

Decreto-Lei nº 538, de 7 de julho de 1938

Organiza o Conselho nacional do petróleo, define suas atribuições e dá outras providências.

Decreto nº 2.999, de 17 de agosto de 1938

Autoriza, título provisório, o cidadão brasileiro Elpidio Domingues Lins, a pesquisar petróleo e gás natural no município de Recife, capital do Estado de Pernambuco.

¹⁵¹ Há registro, na base de dados constante do site do Senado Federal, que o mesmo Decreto-Lei nº 538 (que cria o Conselho Nacional do Petróleo) teve duas edições, sendo uma de 2 de julho de 1938, publicada na Coleção das Leis do Brasil em 31 de dezembro de 1938 e outra, de 7 de julho de 1938, publicada no Diário Oficial da União em 8 de julho 1938. Em razão de não estar disponível o acesso ao conteúdo do primeiro documento, não é possível saber se ele é idêntico ao editado posteriormente (ao qual se teve acesso). Optou-se por manter o registro da existência dos dois documentos, de forma a demonstrar o poder do Estado quando da criação do Conselho Nacional do Petróleo.

Decreto nº 3.004, de 19 de agosto de 1938

Declara sem efeito o decreto n. 2.616, de 4 de maio de 1938, autorizando, a título provisório, o cidadão brasileiro Alberto Hofmann, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar petróleo na região “Serra da Taquara Verde”, município de Rio Caçador, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 3.008, de 19 de agosto de 1938

Autoriza, a título provisório, o cidadão brasileiro Alberto Hofmann, por si ou sociedade que organizar, a pesquisar petróleo na região da “Serra da Taquara Verde”, município de Rio Caçador, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 3.097, de 22 de setembro de 1938

Autoriza, a título provisório, o cidadão brasileiro Vitor Amaral Freire, por si ou pela “Companhia Matogrossense de Petróleo, em organização, a pesquisar petróleo e gases naturais em terrenos de fronteira situados no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 3.098, de 22 de setembro de 1938

Autoriza, a título provisório, o cidadão brasileiro Vitor Amaral Freire, por si ou pela “Companhia Matogrossense de Petróleo”, em organização, a pesquisar petróleo e gases naturais em terrenos de fronteira, situados no município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 3.099, de 22 de setembro de 1938

Autoriza, a título provisório, o cidadão brasileiro Vitor Amaral Freire, por si ou pela “Companhia Matogrossense de Petróleo”, em organização, a pesquisar petróleo e gases naturais em terrenos de fronteira situados em Porto Esperança, município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto-Lei nº 747, de 29 de setembro de 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 750:000\$000 para o Conselho Nacional do Petróleo.

Decreto nº 3.131, de 05 de outubro de 1938

Promulga o Tratado sobre saída e aproveitamento do petróleo boliviano, entre o Brasil e a Bolívia, firmando no Rio de Janeiro a 25 de fevereiro de 1938.

Decreto-Lei nº 804, de 24 de outubro de 1938

Prorroga o prazo de que trata o parágrafo único do art. 3º do decreto-lei n. 395, de 29 de abril de 1938.

Decreto-Lei nº 842, de 9 de novembro de 1938

Fixa os vencimentos dos membros da Comissão Executiva do Conselho nacional do petróleo e dá outras providências.

Decreto nº 3.344, de 30 de novembro de 1938

Declara caduca a autorização conferida a Avelino Barreto, pelo decreto n. 22.932, de 12 de julho de 1933, para, sem privilégio, contratar a pesquisa e exploração de petróleo e asfaltite em terras situadas no município de Botucatu, Estado de São Paulo, bem como a organizar sociedade para exploração dos contratos que realizar.

Decreto nº 3.452, de 14 de dezembro de 1938

Declara caduca a autorização conferida a Olimpio José Brochado, Firmino de Sant'Anna e Quineto Gusmão Rocha, pelo decreto número 2. 119, de 9 de novembro de 1937, para pesquisar petróleo em terrenos de marinha situados no lugar denominado Porto de Sauípe, no Município de Entre Rios, Estado da Baía.

Decreto-Lei nº 961, de 17 de dezembro de 1938

Dá nova redação ao n. I do art. 3º do decreto-lei n. 395, de 29 de abril de 1938.